



171

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0183709-6/01

EMBARGANTE: Gilberto Gomes da Silva

Advogado: Dr. Denivaldo Batista dos Santos

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Pedro Henrique B. Reynaldo Alves

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

R
5524

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.

3 - Embargos de declaração improvidos.

4 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0183709-6/01, em que figura como embargante Gilberto Gomes da Silva e como embargado Estado de Pernambuco.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão

02

4

de julgamento realizada no dia ____/____/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife,

28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



13
173

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0183709-6/01

EMBARGANTE: Gilberto Gomes da Silva

Advogado: Dr. Denivaldo Batista dos Santos

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Pedro Henrique B. Reynaldo Alves

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do recurso de apelação cível em apenso que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão e contradição, ao dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, para determinar que o ora embargante perceba a sua remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto que ocupava na ativa, porém em conformidade com o art. 21, § 2º da LC nº 59/2004, e com a tabela de escalonamento vertical constante do anexo I-A do referido diploma, operando-se os reflexos financeiros a partir da publicação da referida lei complementar, ou seja, a partir de 06.07.2004.

O embargante opôs os presentes aclaratórios alegando, resumidamente, em suas razões de fls. 02/04 que o aresto embargado incorreu em omissão e contradição ao não se manifestar a respeito do que prescreve o art. 98, §§ 1º e 2º, alínea "c" da Lei nº. 6783/74, que dispõe que se considera grau hierárquico imediato o de terceiro sargento PM, para cabo PM e soldado PM.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão e contradição, bem como prequestionar a matéria versada nos autos, operando-se efeitos infringentes.

É o relatório.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



174

14

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0183709-6/01

EMBARGANTE: Gilberto Gomes da Silva

Advogado: Dr. Denivaldo Batista dos Santos

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Pedro Henrique B. Reynaldo Alves

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do embargante reside contra acórdão lavrado nos autos do recurso de apelação cível em apenso que, sob sua óptica, incorreu em omissão e contradição, ao dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, para determinar que o ora embargante perceba a sua remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto que ocupava na ativa, porém em conformidade com o art. 21, § 2º da LC nº 59/2004, e com a tabela de escalonamento vertical constante do anexo I-A do referido diploma, operando-se os reflexos financeiros a partir da publicação da referida lei complementar, ou seja, a partir de 06.07.2004.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, uma natureza integrativa ou esclarecedora. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão ou contradição a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos.

O descontentamento da parte com o julgado não tem por finalidade tornar cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte, ora embargante que de forma reiterada, trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre que deva pronunciar-se esta Sodalícia Câmara, nego provimento aos presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator